

# COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



RELATÓRIO ANUAL 2015



## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, vítimas e prejuízos ocorrem por desastres. Nesse contexto, o Espírito Santo apresenta um cenário com muitas áreas de risco, materializado pela construção de cidades inteiras às margens de importantes rios ou nas íngremes encostas de montanhas, onde se registram desastres relacionados com as chuvas, como enchentes, enxurradas e deslizamentos, ou problemas relacionados à estiagem.

A legislação é um importante instrumento para organizar o Estado, limitar o poder e definir direitos e garantias fundamentais aos cidadãos. Todas as Constituições Brasileiras trataram de alguma forma sobre os aspectos relacionados à segurança humana ou proteção civil, mesmo que ainda não existisse um órgão específico para essa finalidade, o que ocorreu somente na década de 1940 com a criação do Serviço de Defesa Civil, preocupado com a segurança nacional diante de possíveis ataques externos e ameaças bélicas. Mais tarde, em função de uma forte seca no Nordeste, o País saiu do foco de proteção frente a ataques oriundos de guerra e passou a dar atenção aos problemas gerados pelos desastres naturais. De uma resposta a outra, a atuação da Defesa Civil, e a concepção do que seja a sua responsabilidade e função social, esteve marcada por esse sentido de defesa, quase passivo, de esperar que algo ocorra para, então, reagir ou responder a esse acontecimento.

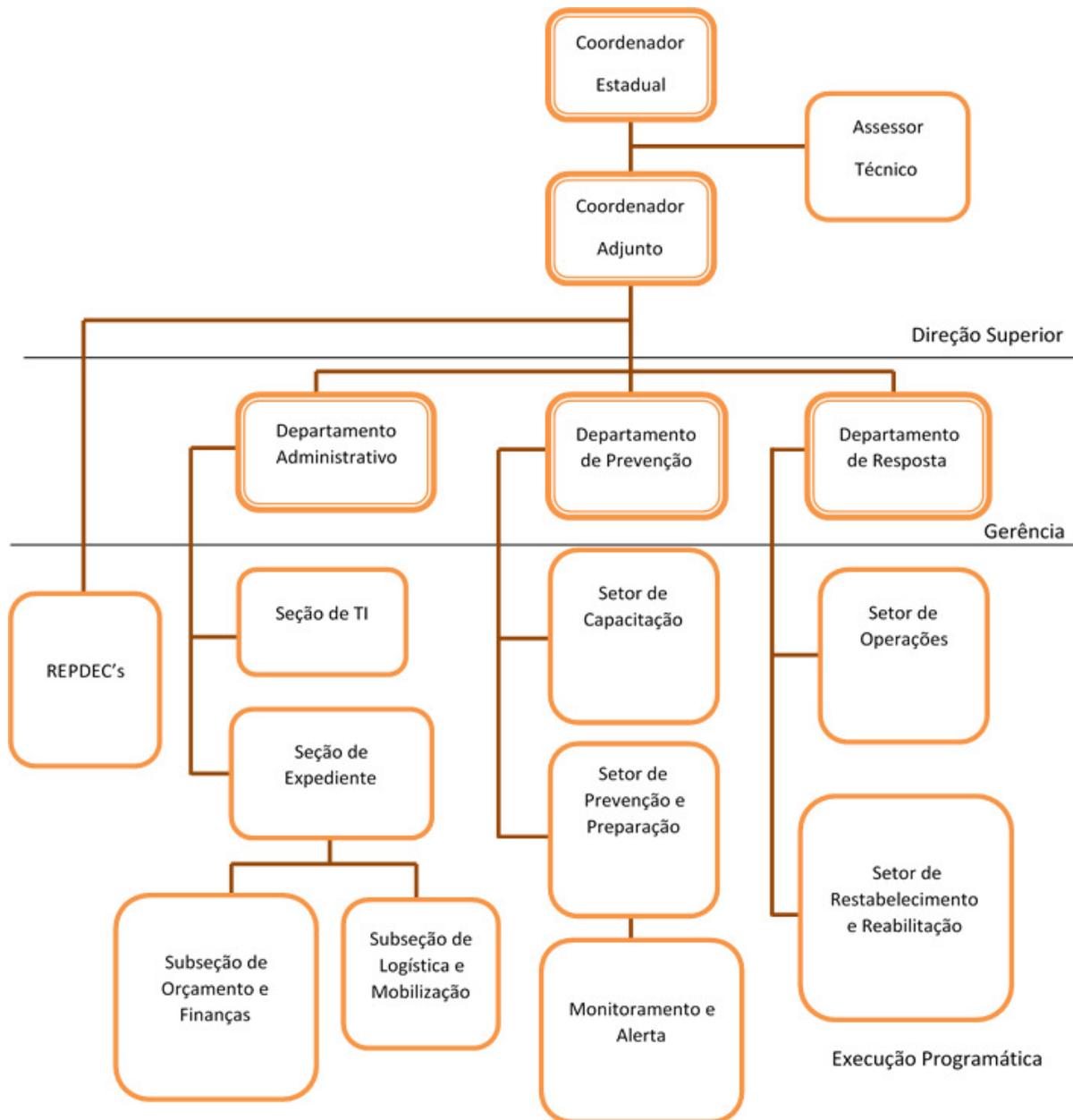
Com o passar dos anos, por serem dadas maior ênfase e importância às ações de redução de risco de desastres, às estratégias de prevenção e preparação, às articulações institucionais e setoriais e aos envolvimento sociais e comunitários, configurou-se a necessidade de ampliar o conceito de Defesa Civil, que tinha esse foco historicamente construído na resposta ao desastre para Proteção e Defesa Civil, a fim de que a nova nomenclatura passasse salientar a relevância dos processos de gestão de riscos de desastre e das ações protetivas na redução de desastres no País.

Nesse contexto de proteção ao cidadão, com a criação da Lei 12.608/2012, onde reestrutura todo o cenário nacional de Defesa Civil, preocupou-se em identificar as populações mais vulneráveis, adotar medidas que minimizem o impacto dos desastres sobre elas, garantir que os riscos estejam sendo gerenciados e em intervir antes que o desastre ocorra. Devem ser articulados em âmbito macro e nas diferentes esferas de governo e setores sociais, os programas de proteção adequados.

Sendo assim, a mudança visa fortalecer uma cultura de prevenção aos riscos de desastres no Brasil e especialmente no Estado do Espírito Santo. Com a promulgação da nova legislação nacional em 2012, a CEPDEC buscou a imediata atualização e otimização de suas ações com a criação do Decreto nº 3.430-R, de 06 de novembro de 2013, visando à regulamentação do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil – SIEPDEC-ES, reorganizado pela Lei Complementar nº 694/2013. Destacam-se, por exemplo, a criação do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil (PEPDEC) que articula várias Secretarias de Estado e órgãos de apoio como instituições públicas e privadas, e o Fundo de Proteção e Defesa Civil do Estado - FUNPDEC/ES com a finalidade de prover, em caracteres emergenciais e complementares, recursos financeiros e materiais para fazer frente a desastres ocorridos em Municípios capixabas impactados por esses sinistros, ou ainda para serem utilizados na prevenção e preparação para os desastres pelo Estado e Municípios por interveniência, respectivamente, de seus órgãos CEPDEC e COMPDEC.

Outras legislações de âmbito nacional também foram criadas ou atualizadas com o intuito de otimizar os trabalhos do ciclo de proteção e defesa civil, com destaque para a Lei 12.983, recentemente publicada em junho de 2014, que, dentre outras providências, dispõe sobre as alterações nas transferências de recursos da União – agora obrigatórias – aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, revogando inclusive dispositivos da Lei no 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

## 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DEFESA CIVIL ESTADUAL



### 3. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

#### 3.1. EFETIVO MILITAR

A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil é formada por bombeiros militares do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo. No final do ano de 2015, o efetivo da CEPDEC era composto pelos seguintes bombeiros militares:

- **CEL. BM** Fabiano Marchetti **BONNO**
- **TEN CEL BM** Hekssandro **VASSOLER**
- **MAJ BM** Emerson A. Rocha **PAZETO**
- **MAJ. BM** Anderson Augusto Guerin **PIMENTA**
- **CAP BM** Jose de **ALMEIDA**
- **1º TEN BM** Jocirley **BUBACH** Andreatti
- **2º TEN BM** **ELSON** Curto Junior
- **SUB TEN BM** Patrick **SCOPEL** da Rocha
- **SUB TEN BM** **MARCOS AURÉLIO** Almeida da Silva
- **SGT BM** **SHARLE** Roberto Silva de Souza
- **SGT BM** **AGUINALDO** Francisco de Jesus
- **CB BM** Stéfano **MORONARI** da Silva
- **CB BM** Tiago Bassini **RORIZ**
- **CB BM** **ANDRÉ LUIS** Lima de Cristo

#### 3.2. SERVIDORES CIVIS

A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil conta com um corpo de funcionários civis que auxiliam nas tarefas administrativas, exceção feita ao engenheiro civil Roney Gomes, responsável pelas vistorias de risco. O corpo de servidores civis, ao término do ano de 2015 é composto pelos seguintes servidores:

- Roney Gomes Nascimento – Engenheiro Civil – Gerente de Operações
- Claudia M<sup>a</sup> Torrezani Nogueira – Auxiliar Administrativo
- Neila Katussy Teixeira Zuqueto – Assistente Social – Assistente de Gestão.

### 3.3. COMPORTAMENTO

O comportamento militar espelha o procedimento civil e funcional da praça, sob o ponto de vista disciplinar.

Ao ingressar na Instituição Militar Estadual, a praça é classificada no comportamento militar “bom”.

O Regulamento Disciplinar define 05 (cinco) espécies de comportamento: Excepcional, Ótimo, Bom, Insuficiente e Mau. O regulamento define também as regras para alteração de comportamento, que não são tratadas aqui neste relatório.

O comportamento das praças da CPDEC, ao término do ano de 2015, está detalhado na tabela abaixo.

<b>Nome</b>	<b>Comportamento</b>
<b>St Scopel</b>	Excepcional
<b>St Marcos Aurélio</b>	Excepcional
<b>Sgt Sharle</b>	Excepcional
<b>Sgt Aguinaldo</b>	Excepcional
<b>Cb Piffer</b>	Excepcional
<b>Cb Moronari</b>	Excepcional
<b>Cb Juliana</b>	Excepcional
<b>Cb Roriz</b>	Excepcional
<b>CB André Luis</b>	Bom

### 3.4. APTIDÃO FÍSICA

O Corpo de Bombeiros Militar realiza 02 (dois) Testes de Aptidão Física (TAF) a cada ano, sempre nos meses de abril e outubro. O TAF é composto de uma série de exercícios que visam mensurar a capacidade física do militar.

O tipo de prova a ser aplicado a cada militar, bem como os índices a serem atingidos, depende da idade e do sexo do indivíduo.

Os resultados obtidos pela equipe da CEPDEC no ano de 2015 estão apresentados nas tabelas abaixo. Cabe ressaltar que alguns integrantes se encontravam com dispensa médica e não realizaram a avaliação física.

<b>TAF-ABRIL</b>	<b>Média</b>
<b>Cel BM FABIANO MARCHETTI BONNO</b>	0,0
<b>Ten Cel BM HEKSSANDRO VASSOLER</b>	10,0
<b>MAJ BM EMERSON ANTONIO ROCHA PAZETO</b>	0,0
<b>MAJ BM ANDERSON AUGUSTO GUERIN PIMENTA</b>	0,0
<b>Cap BM JOSE DE ALMEIDA</b>	10,0
<b>1º Ten BM JOCIRLEY BUBACH ANDREATTI</b>	9,5
<b>2º Ten BM ELSON CURTO JUNIOR</b>	9,2
<b>ST BM PATRICK SCOPEL DA ROCHA</b>	10,0
<b>ST BM MARCOS AURELIO ALMEIDA DA SILVA</b>	8,8
<b>3º Sgt BM SHARLE ROBERTO SILVA DE SOUZA</b>	7,7
<b>SGT BM AGUINALDO FRANCISCO DE JESUS</b>	10,0
<b>CB BM STÉFANO MORONARI DA SILVA</b>	7,1
<b>CB BM TIAGO BASSINI RORIZ</b>	9,1
<b>CB BM ANDRÉ LUIS LIMA DE CRISTO</b>	8,0

<b>TAF-OUTUBRO</b>	<b>Média</b>
<b>Cel BM FABIANO MARCHETTI BONNO</b>	0,0
<b>Ten Cel BM HEKSSANDRO VASSOLER</b>	10,0
<b>MAJ BM EMERSON ANTONIO ROCHA PAZETO</b>	6,5
<b>MAJ BM ANDERSON AUGUSTO GUERIN PIMENTA</b>	0,0
<b>Cap BM JOSE DE ALMEIDA</b>	10,0
<b>1º Ten BM JOCIRLEY BUBACH ANDREATTI</b>	9,7
<b>2º Ten BM ELSON CURTO JUNIOR</b>	9,0
<b>ST BM PATRICK SCOPEL DA ROCHA</b>	0,0
<b>ST BM MARCOS AURELIO ALMEIDA DA SILVA</b>	2,0
<b>3º Sgt BM SHARLE ROBERTO SILVA DE SOUZA</b>	7,6
<b>3º Sgt BM AGUINALDO FRANCISCO DE JESUS</b>	10,0
<b>Cb BM STEFANO MORONARI DA SILVA</b>	0,0
<b>CB BM TIAGO BASSINI RORIZ</b>	8,9
<b>CB BM ANDRÉ LUIS LIMA DE CRISTO</b>	8,4

### **3.5. CAPITAL INTELECTUAL**

#### **Cel. BM Fabiano Marchetti Bonno**

Curso de Sistema de Comando de Operações.  
Curso Básico de Defesa Civil.  
Curso para Captação de Recursos Federais.

#### **Ten Cel BM Hekssandro Vassoler**

Pós Graduação em Gestão Pública.  
Bacharel em Ciência da Computação  
Curso Básico de Defesa Civil.  
Curso de Sistema de Comando de Operações.  
Curso para Captação de Recursos Federais.  
Capacitação em Gestão de Risco.

#### **Maj BM Emerson Antonio Rocha Pazeto**

Pós Graduação em Gestão Pública.  
Curso Básico de Defesa Civil.  
Curso "Incident Command System" 200.

#### **Maj BM Anderson Augusto Guerin Pimenta**

Pós Graduação em Gestão Pública.  
Bacharel em Engenharia Civil.  
Curso Básico de Defesa Civil.  
Curso "Incident Command System" 200.  
Treinamento Grupo de Apoio a Desastres (GADE).

#### **Cap BM José de Almeida**

Bacharel em Historia.  
Curso de Sistema de Comando de Operações.  
Curso Básico de Defesa Civil.  
Curso de Orientações para Implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil.  
Curso de Formação de Núcleos de Defesa Civil.  
Curso de Capacitação em Mapeamento e Gerenciamento de Risco.  
Curso de Análise de Risco Estrutural e Geológica.  
Curso Básico de Percepção de Risco Geológico.

#### **1º Ten BM Jocirley Bubach Andreatti**

Pós Graduação em Políticas e Gestão em Segurança Pública.  
Curso Básico de Percepção de Risco Geológico.

Curso de Análise de Risco Estrutural e Geológica.  
Curso de Capacitação em Mapeamento e Gerenciamento de Risco.  
Curso de Formação de Núcleos de Defesa Civil.  
Curso de Orientações para Implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil.  
Curso de Formação em Defesa Civil.  
Curso de Sistema de Comando de Operações.  
Curso Básico de Defesa Civil.  
Curso Operacional de Defesa Civil.

### **2º Ten BM Elson Curto Junior**

Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.  
Pós Graduação em Gestão Educacional Integrada.  
Curso Básico de Defesa Civil.  
Curso de Sistema de Comando de Operações.  
Curso para Captação de Recursos Federais.  
Curso Básico de Percepção de Risco Geológico.  
Curso de Atualização em Gestão de Risco de Desastres.  
Curso de Capacitação para Usuários do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID: módulos de Registro e de Reconhecimento.

### **Sub Ten BM Patrick Scopel da Rocha**

Bacharel em Direito.  
Curso de Sistema de Comando de Operações.  
Curso de Atualização em Gestão de Risco de Desastres.  
Capacitação Básica em Proteção e Defesa Civil.  
Curso de Gestão de Recursos Federais.  
Curso de Gestão de Convênios.  
Classificação de Desastres Naturais.

### **Sub Ten BM Marcos Aurélio Almeida da Silva**

Pós Graduação em Gestão Ambiental e Sustentabilidade.  
Curso Básico de Percepção de Risco Geológico.

### **Sgt BM Sharle Roberto Silva de Souza**

Pós Graduação em Psicopedagogia Institucional.  
Curso Básico de Defesa Civil.  
Curso de Sistema de Comando de Operações.  
Curso de Análise de Risco.  
Curso para utilização do S2ID.  
Curso para Captação de Recursos Federais.  
Gestão de Desastres e Ações de Recuperação.  
Prevenção e Gerenciamento de Riscos de Desastres Naturais.

**Sgt BM Aguinaldo Francisco de Jesus**

Técnico em Enfermagem / Técnico em Contabilidade.

Curso de Sistema de Comando de Operações.

Curso de Capacitação para Usuários do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID: módulos de Registro e de Reconhecimento.

**Cb BM Stefano Moronari da Silva**

Bacharel em Ciências Contábeis.

Curso de Análise de Risco.

Curso de Capacitação para Usuários do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID: módulos de Registro e de Reconhecimento.

Curso Básico de Defesa Civil.

Curso de Sistema de Comando de Operações.

**CB BM Tiago Bassini Roriz**

Bacharelado em Sistemas de Informação – Em conclusão

Técnico em Informática

Curso de Sistema de Comando de Operações.

Curso Básico de Defesa Civil.

Curso para Captação de Recursos Federais.

**CB BM André Luis Lima de Cristo**

Licenciatura em Química.

**3.6. VIATURAS**

O presente relatório tem por finalidade demonstrar a frota disponível para uso da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC) na realização de suas atividades e apresentar os gastos com as viaturas. A CEPDEC contou no ano de 2015 com cinco viaturas, sendo quatro emergenciais e uma administrativa, conforme discriminadas na tabela abaixo:

Prefixo	Placa	Marca/Modelo	Ano	Uso
DC 001	PPC-3757	VW / AMAROK	14/14	EMERGENCIAL
TE-077	MSN-9335	FORD / RANGER	09/10	EMERGENCIAL
TE-126	ODA-7898	FORD / RANGER	11/12	EMERGENCIAL
TE-127	ODA-7894	FORD / RANGER	11/12	EMERGENCIAL
TNE-131	MTU-0478	FORD / ECOSPORT	12/12	ADMINISTRATIVO

### 3.6.1. DC-001

Caminhonete Volkswagen Amarok, modelo PAT.SE III Diesel, 2014/2014 utilizada principalmente para fins emergenciais. Trata-se do veículo mais novo da frota da CEPDEC, adquirido no início de 2015.



### 3.6.2. TE-077

Caminhonete Ford Ranger, modelo XL 13P Diesel, 2009/2010, utilizada principalmente para fins emergenciais. Trata-se do veículo mais antigo da frota da CEPDEC, porém em bom estado de conservação. Em 26/08/2015 foi emprestada ao 5ºBBM para suprir as demandas operacionais daquele OBM.



### 3.6.3. TE-126

Caminhonete Ford Ranger, modelo XL 13P Diesel, 2011/2012, utilizada principalmente para fins emergenciais. Encontra-se em bom estado de conservação.





### 3.6.4. TE-127

Caminhonete Ford Ranger, modelo XL 13P Diesel, 2011/2012, utilizada principalmente para fins emergenciais. Em janeiro foram realizados os reparos dos danos decorrentes do acidente em 2014 e ficando à disposição para utilização desta Coordenadoria no decorrer do ano.





### 3.6.5. TNE-131

Camioneta Ford Ecosport, modelo FSL 1.6 Flex, 2012/2012, sendo o único veículo administrativo da CEPDEC, é utilizada principalmente pelo Coordenador Estadual de Defesa Civil para cumprir a agenda relativa ao cargo que exerce.



### 3.6.6. GASTOS COM A FROTA

No ano de 2015 a CEPDEC reduziu em 13% os gastos com sua frota, passando de R\$21.585,25 para R\$18.835,31. Aproximadamente 72% desses gastos foram com consumo de combustível e os 28% restantes com manutenção preventiva/corretiva das viaturas. Apesar da redução da quantidade de combustível consumida em 17%, o gasto com combustível diminuiu apenas 8% devido à alta de preços dos combustíveis no decorrer do ano.

Nas tabelas a seguir, são explanados os gastos com cada uma das viaturas, apresentando também a distância que cada veículo percorreu e seu respectivo consumo de combustível.

Prefixo	Gasto com Combustível (em R\$)	Gasto com Manutenção (em R\$)	Gasto Total (em R\$)
DC-001	3.423,85	992,00	<b>4.415,85</b>
TE-077	2.098,21	1.117,30	<b>3.215,51</b>
TE-126	4.075,84	1.526,75	<b>5.602,59</b>
TE-127	2.403,88	1.149,15	<b>3.553,03</b>
TNE-131	1.596,98	451,35	<b>2.048,33</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13.598,76</b>	<b>5.236,55</b>	<b>18.835,31</b>

OBS: Para esse relatório só foram considerados os gastos da TE-077, até a data em que essa permaneceu sob controle dessa Coordenadoria.

## 4. DEPARTAMENTO DE PREVENÇÃO

### 4.1. CAPACITAÇÕES

#### 4.1.1. Calendário de Cursos

Com o objetivo de auxiliar as regionais e as defesas civis municipais a se qualificarem cada vez mais, a Defesa Civil Estadual o ano de 2015 elaborou um calendário de Curso prevendo a realização de 22 Cursos e 04 Simulados de Evacuação de Áreas de Risco e o 4º Seminário Capixaba de Gestão de Riscos e Desastres.

#### 4.1.2. Parcerias

Para a realização das capacitações prevista no calendário de cursos a CEPDEC contou com o apoio da Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, Capitania dos Portos do Espírito Santo – CPES e Escola de Serviço Público do Espírito Santo – ESESP.

#### 4.1.3. Capacitações realizadas

As capacitações foram distribuídas por regiões, de forma que atendessem da melhor forma aos 78 municípios do Estado, realizados nos municípios de: Viana, Vitória, Itarana, Itapemirim, Venda Nova do Imigrante, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, São Gabriel da Palha, Fundão, Castelo, Nova Venécia, São Mateus, Muniz Freire, Pancas e Aracruz. Foram realizados 22 cursos com a presença em média de 43 participantes por curso, totalizando 938 capacitados.

QUANTIDADE	SIGLA	CURSO
06	CBDC	Curso Básico de Defesa Civil
06	SCO	Curso de Sistema de Comando em Operações
04	CAR	Curso de Análise de Risco (Estrutural e Geológico)
01	CAT	Curso de Administração de Abrigo Temporário
02	ETSP	Curso Especial para Tripulante de Embarcação de Estado em Serviço Público
01	CBPRG	Curso Básico de Percepção de Risco Geológico
01	CTR	Curso de Transferência de Recursos
01	NUPDEC'S	Curso para Formação e Implantação de Núcleo de Voluntariado em Defesa Civil

A tabela a seguir detalha o número de alunos por curso, em cada município.

### Relação Município x Curso 2015

	CBDC	CAR	CPRM	CRF	NUPDEC	SCO	ETSP	SEMINÁRIO	TOTAL
1 Afonso Cláudio									0
2 Água Doce do Norte	1	2	1						4
3 Água Branca	2	3							5
4 Alegre		1							1
5 Alfredo Chaves									0
6 Alto Rio Novo			2						2
7 Anchieta									0
8 Apicá									0
9 Aracruz	20			1		2	2		25
10 Atílio Vivácqua							2		2
11 Baixo Guandu		4	4			4			12
12 Barra de São Francisco	1	17				1			19
13 Boa Esperança	1	1							2
14 Bom Jesus do Norte									0
15 Brejetuba						2			2
16 Cachoeiro de Itapemirim		4				7		3	14
17 Cariacica	1	2				3			6
18 Castelo	2	4						2	8
19 Colatina	1		8		1	2		2	14
20 Conceição da Barra									0
21 Conceição do Castelo	1						1		2
22 Divino de São Lourenço									0
23 Domingos Martins		1							1
24 Dolores do Rio Preto									0
25 Ecoporanga	4	4					3		11
26 Fundão	2	2		2		4		2	12
27 Governador Lindenberg		1				4			5
28 Guaçuí		1				1	1		3
29 Guarapari							2		2
30 Ibatiba							2		2
31 Ibiráçu	1	1			1	2			5
32 Ibitirama							4		4
33 Iconha							2		2
34 Irupi									0
35 Itaguaçu	3		3			2	2		10
36 Itapemirim	54					2	3	1	60



## 4.2. SIMULADOS

### 4.2.1. Simulados com a Comunidade

O simulado é um treinamento que visa preparar os moradores para a desocupação das áreas de risco quando alertados sobre a possibilidade de desastre.



O objetivo é diminuir as consequências de problemas com as fortes chuvas e deslizamentos de terra. Com a previsão da ocorrência de um destes fenômenos, simula-se a emissão de um alerta e alarme aos moradores, que então devem se dirigir, com

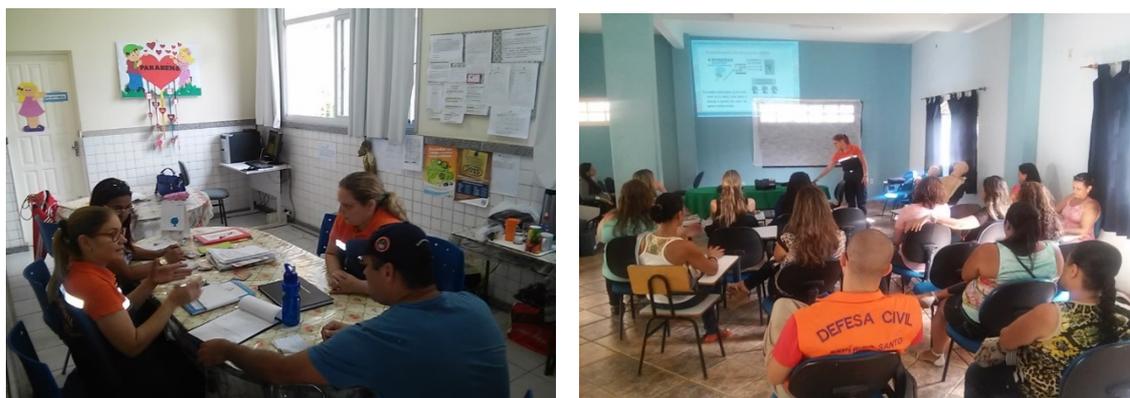
calma, mas rapidamente, para os locais de apoio, que estão sinalizados em sua comunidade.

No ano de 2015 foram realizados 04 (quatro) Simulados de evacuação de áreas de risco sendo sediados pelos municípios de Itarana, Itapemirim, João Neiva e Nova Venécia.



#### 4.2.2. Simulado em Escola

No município de Santa Leopoldina foi realizado pela COMPDEC com o apoio da CEPDEC, o 1º Simulado de evacuação de uma escola municipal, em caso de risco iminente. A escola escolhida pelo município foi a Escola Alice Holzmeister com 205 alunos envolvidos, com o sucesso do evento foi proposto a continuidade do projeto para as demais escolas do município.





### **4.3. ESTRUTURAÇÃO DAS COORDENADORIAS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDECs)**

#### **4.3.1. Fortalecimento das COMPDECs**

Visando auxiliar os municípios na estruturação de suas coordenadorias municipais de proteção e defesa civil, a Coordenadoria Estadual iniciou um projeto que consiste na entrega, mediante Convênio, de um “Kit Defesa Civil” – composto por viatura, barco com motor, equipamentos e mobiliário – para a gestão das diversas ações preventivas, de resposta e reconstrução nas localidades afetadas por desastres.

A primeira entrega do “Kit Defesa Civil” ocorreu em março de 2012, contemplando 11 Municípios do Estado do Espírito Santo. A segunda entrega foi realizada em março de 2013, para 12 Municípios.

Em junho de 2014 foi disponibilizado o Kit para mais 13 Municípios e 08 Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil.

Em maio de 2015 foram entregues os Kits aos 42 Municípios restantes, totalizando um investimento de aproximadamente 12 milhões de reais.

<b>DESCRIÇÃO DO KIT DE DEFESA CIVIL</b>	<b>QTDE.</b>
Pick Up Diesel	1
Barco de alumínio	1
Reboque	1
Motor de popa	1
Computador	1
Estabilizador	1
Máquina fotográfica digital	1
Aparelho GPS	1
Mesa operacional 1500X700mm	2
Gaveteiro volante	2
Arquivo de pastas suspensas	1
Poltrona operacional giratória	2
Poltrona fixa base em "S"	2

#### **4.4. PROJETOS DE PREVENÇÃO E INTERCÂMBIOS**

##### **4.4.1. Participação no ConnectiveCities - Conectando Cidades**

A Comunidade Internacional de Práticas de Desenvolvimento Urbano Sustentável, denominada ConnectiveCities, organizou uma oficina de 19 a 21 de agosto em Curitiba, voltada para a análise de risco e gestão de inundações. O evento promoveu a continuidade do diálogo iniciado em um evento anterior, realizado em fevereiro de 2015, em Colônia, Alemanha. Os participantes que estavam em Colônia foram reunidos na Cidade de Curitiba, Brasil, para trocar conhecimentos sobre o desenvolvimento de Análise de Risco e de Vulnerabilidade, no âmbito municipal e regional. A oficina foi preparada e realizada em cooperação com a Defesa Civil do Estado do Paraná.



A importância dos eventos para o fortalecimento da rede foi realçada e a necessidade de um maior intercâmbio através de uma plataforma internet foi apontada como uma sugestão para facilitar a continuação das práticas e troca de conhecimentos. Estiveram presentes representantes da CEPDEC/ES e da COMPDEC de Santa Leopoldina.

#### 4.4.2. Defesa Civil nas Escolas

Durante o 4º Seminário Capixaba de Gestão de Riscos e Desastres, foi assinado um convênio em parceria entre o Governo de São Paulo, a Defesa Civil e a Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo para o lançamento de um jogo interativo “Defesa Civil: A Aventura”.



O jogo trata-se de uma ferramenta educacional em formato interativo, que visa incrementar a formação de alunos do ensino fundamental e médio da rede pública estadual, a fim de formar pessoas preparadas e conscientes sobre os riscos de desastres, sobre as ações para sua redução, além de constituírem potenciais multiplicadores do conteúdo em sua comunidade.

A ferramenta foi planejada para entrar em vigor como parte do programa Escola Viva do governo do Estado, com possibilidade de expandir para as redes municipais.

A Defesa Civil Municipal de Santa Leopoldina em parceria com a Defesa Civil Estadual CEPDEC e REPDEC, vem desenvolvendo o Programa de Proteção Comunitária, que engloba os projetos: Capacitação e Treinamento dos Moradores (NUPDEC), Sistema de Alerta e Alarme Comunitário e Defesa Civil nas Escolas.

O Projeto Defesa Civil nas Escolas significa não apenas o aperfeiçoamento de algumas ações em desenvolvimento, ou já desenvolvidas, pela COMPDEC e pela SEME (Simulado nas Escolas, Palestras para os Professores e alunos das escolas localizadas em áreas de risco), mas o atendimento, de forma sistemática e com metodologia, das novas diretrizes da LDB (par. 7º, art. 26 da Lei 9.394 de 20/12/96).

Assim sendo, este documento se propõe a sugerir à Secretaria Municipal de Educação e a Direção da Escola Estadual uma metodologia para começar a abordar o tema “Proteção e Defesa Civil” nas escolas da rede municipal e estadual de ensino.



#### **4.4.3. Participação de Intercâmbio Promovido pelo ONU**

Espírito Santo foi selecionado para intercâmbio de Defesa Civil em projeto da ONU e recebe nesta semana visita de representantes de Curitiba e Manaus. O Projeto estabelece troca de experiências na prevenção de catástrofes e que governos locais desenvolvam ações para estabelecer cidades mais protegidas. O escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR), no âmbito das iniciativas do projeto “Cidades Resilientes – Minha Cidade está se preparando”, convocou em maio de 2015, os governos locais para participarem de uma

seleção para um Intercâmbio de Assistência Técnica entre as Defesas Cíveis locais, visando o desenvolvimento e fortalecimento da capacidade para construção de resiliência.

Neste processo a Defesa Civil do Espírito Santo foi selecionada por meio de uma proposta feita para visita técnica na Defesa Civil do Município de Santa Leopoldina. O Projeto estabelece troca de experiências na prevenção de catástrofes, sendo que o intercâmbio acontece entre as defesas cíveis de Curitiba, Manaus e Espírito Santo.

As visitas entre as três cidades selecionadas no intercâmbio iniciaram no mês de setembro em Curitiba e encerram em novembro, com a visita em Manaus.

No mês de outubro, os representantes de Manaus e Curitiba chegaram ao Espírito Santo, onde conheceram a Defesa Civil Estadual e a municipal de Santa Leopoldina. Na segunda (26), o Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, Cel BM Fabiano Marquetti Bonno, e o Chefe do Diretor do Departamento de Prevenção, Maj BM Anderson Augusto Guerim Pimenta, os receberam na Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.

A partir de quarta-feira (28), os representantes de Manaus e Curitiba estiveram juntamente com a equipe da CEPDEC em Santa Leopoldina, onde foram recebidos pelo prefeito Romero Luiz Endringer e o Coordenador Municipal de Defesa Civil, Wagner Ponciano Correa.

A mobilização, estimulada pela ONU, visa que governos locais desenvolvam ações para estabelecer cidades mais protegidas e resistentes às catástrofes naturais ou não, como parte de processos de urbanização sustentável. Segue a programação da visita de intercâmbio entre representantes de Curitiba, Manaus e Espírito Santo.

## 5. DEPARTAMENTO DE RESPOSTA

### 5.1. DESASTRE RIO DOCE

No dia 07 de novembro, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado convocou uma reunião em sua residência oficial, participando a Defesa Civil Estadual, secretarias estaduais e profissionais da empresa de fornecimento de energia. Ainda nessa reunião, ficou definido o deslocamento de uma equipe da Defesa Civil para apoio aos Municípios de Colatina e Baixo Guandu, haja vista possíveis problemas na captação e abastecimento de água nessas localidades, em função do rompimento da barragem de Santarém e Fundão, no município de Mariana/MG, no dia 05 de novembro, por volta de 15h, com a liberação de uma enorme quantidade de efluentes que chegariam ao Rio Doce.

Ainda no dia 07 de novembro, duas equipes da Defesa Civil deslocaram-se para Colatina e Baixo Guandu, implementando nesses municípios o Sistema de Comando em Operações (SCO), que é uma ferramenta para gerenciamento de crise.

O planejamento para os Municípios inicialmente contemplava a priorização da preservação da vida, com sobrevôos diários e percurso terrestre com viaturas para informação e retirada de pescadores e demais populares da calha do Rio Doce. Paralelamente, para cada localidade foram realizados planejamentos específicos para abastecimento e distribuição de água, em função das particularidades de cada região, quando da suspensão da captação após a chegada da onda de rejeitos.

#### 5.1.1. Sistema de Comando em Operações – Baixo Guandu

Em Baixo Guandu, primeiro Município a ser atingido com a passagem da onda, foram planejadas as seguintes estratégias:

- a. Identificação de locais alternativos de captação de água bruta, sendo inicialmente escolhidos a barragem da usina de Aimorés (entendendo que ela estaria preservada da contaminação durante algum tempo), o rio Manhuaçu e distritos na área rural do município.
- b. Levantamento dos locais sensíveis e prioritários para abastecimento. Foram identificados e visitados o hospital do município, asilo, postos de saúde, APAE e Companhia da Polícia Militar. Também foi realizado o treinamento dos motoristas dos

carros pipas, de forma a conhecerem as rotas e como operacionalizar o abastecimento dos locais elencados como sensíveis/prioritários.

c. Levantamento das famílias mais vulneráveis (que não possuíam caixas da água em suas residências, em especial nos bairros de Alto Guandu I, Alto Guandu II e Mascarenhas); e que em razão disso não teriam como reservar água antes da interrupção da captação. Para as famílias de Mascarenhas foram fornecidas caixas antes da chegada da onda de rejeitos.

d. Paralelamente aos trabalhos acima, com o objetivo de suprir, ao menos em parte, a demanda de água da sede do município, foram iniciadas algumas obras paliativas na estrutura de uma antiga usina elétrica que existia no rio Guandu (que corta o centro da sede do município de Baixo Guandu). Esse projeto consistia basicamente em reformar a barragem, limpeza e reforma da estrutura de canalização de água, reforma de um reservatório de água e instalação de 03 (três) adutoras levando a água do reservatório até a estação de captação de água do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). As obras ficaram prontas um dia antes da chegada da onda de rejeitos e da interrupção da captação. A água captada, a partir desse momento, através do rio Guandu, foi suficiente para manter o atendimento à população da sede do município.

e. Continuaram os trabalhos para fornecimento de água bruta (água ainda não tratada na estação de tratamento) e água tratada para as localidades fora da sede do município. O bairro com maior população, não atendido pela captação no rio Guandu, era Mascarenhas. Toda a estrutura de carros pipas, a partir do momento em que foi verificada a capacidade de atendimento da sede, foi direcionada ao bairro de Mascarenhas e propriedades rurais ao longo do rio Doce, para atendimento às necessidades humanas e dessedentação dos animais.





### 5.1.2. Sistema de Comando em Operações – Colatina

Em Colatina, foram planejados cinco macros estratégias, que se desenvolveram simultaneamente ao longo da operação, sendo:

- a. Abastecimento de locais prioritários como hospitais, presídios, asilos, postos de saúde e outros com água tratada por meio de carros-pipa;
- b. Abastecimento das estações de tratamento de água por meio de água bruta em carros-pipa, captada de fontes alternativas, como lagoas e outros, devidamente qualificados pelo órgão ambiental do estado (IEMA);
- c. Abastecimento por carros-pipa dos reservatórios fixos nos diversos pontos existentes na cidade com água tratada;
- d. Distribuição de água tratada em reservatórios estacionários, em locais para fácil acesso da população, abastecidos também por carro-pipa;
- e. Distribuição de água mineral à população vulnerável, com o apoio da Polícia Militar e Exército Brasileiro. Essa ação fora inicialmente planejada após a campanha de doação por parte do Governo do Estado e Defesa Civil Estadual, entretanto, fundiu-se com a determinação judicial à Samarco para distribuição obrigatória diária à população como um todo, sendo necessário reorganizar a logística para tal finalidade. Foram adotados novos procedimentos como definição de pontos diversos de distribuição e controle.

## 5.2. TURFA SERRA

### 5.2.1. Instalação do Sistema de Comando em Operações (SCO)

O SCO foi devidamente instalado no dia 20 de abril de 2015 e o Posto de Comando foi sediado na Rua Cuiabá, bairro José de Anchieta II, próximo ao Curral do Profeta, pois este era o ponto de encontro dos dias de operação que antecederam a instalação do SCO.

O Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil assumiu o comando do SCO, ficando estabelecido um Posto de Comando Único em que o Comando da operação ficou a cargo do Cel BM Bonno, Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Concomitante à instalação do Posto de Comando, foi definida a Área de Espera para registro e controle dos recursos operacionais a serem empregados na operação. Enquanto a instalação do Posto de Comando estava em andamento, o Oficial de Operações e Planejamento percorreram a área afetada pelos incêndios a fim de coletar informações que subsidiariam as tomadas de decisões e a distribuição dos recursos operacionais no campo de operação.

Com base nas informações coletadas, o Plano de Ação Inicial foi elaborado e as equipes alocadas nos seus respectivos setores de atuação. Nesse Plano de Ação foram traçados os objetivos iniciais para a operação, os quais foram devidamente atingidos.

Inicialmente, foram definidos 03 setores (áreas) de atuação foram definidas, porém com o avanço das ações, mais 02 novas frentes de combate foram abertas.

### 5.2.2. Recursos Empregados

Os recursos materiais e equipamentos foram empregados conforme a necessidade das áreas de atuação e foram distribuídos conforme mapa de recursos abaixo.

- 03 Retroescavadeiras (disponibilizados pela PMS);
- 01 Escavadeira Hidráulica (disponibilizados pela PMS);
- 12 Carros pipas de empresas particulares que apoiaram o evento
- 02 ABTS;
- 04 Carros Pipas (disponibilizados pela PMS);

### 5.2.3. Recursos Humanos

Trabalhou-se durante o evento com uma média diária de 96 pessoas. A relação abaixo mostra a origem dos militares e colaboradores que participaram do atendimento:

- 55 Alunos do Curso de Formação de Soldados (CFSd) e Curso de Habilitação de Sargentos (CHS);
- 10 BMs escala de apoio operacional;
- 06 BMs Defesa Civil Estadual;
- 03 Oficiais BMs da Diretoria Operacional;
- 03 Oficiais BMs do 1º Batalhão;
- 02 BMs da equipe da guarnição ABTS 3ª Cia/1º BBM;
- 02 BMs da equipe da guarnição Auto – Tanque;
- 20 civis empregados nas máquinas e caminhões.



### **5.3. PROCESSOS DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA E SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA**

No ano de 2015 foi implementado uma metodologia de controle de registro de declaração de situações anormais com base em uma planilha via web, com vistas ao preenchimento e atualização automática para divulgação no site da CEPDEC. O Departamento de Resposta realiza diariamente a verificação das publicações oficiais dos decretos municipais, bem como ao final de cada processo registra seus dados, permitindo a publicidade das decretações vigentes, os danos e prejuízos oriundos dos desastres.

Nesse contexto, foram declaradas 68 situações anormais nos municípios do Estado, conforme tabela abaixo:

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA – 52

ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA – 16

PROCESSOS HOMOLOGADOS PELO ESTADO – 40

PROCESSOS RECONHECIDOS PELA UNIÃO - 28

### **5.4. PLANO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**

O Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil (PEPDEC) tem a finalidade de articular e facilitar a prevenção, preparação e resposta aos desastres no Estado do Espírito Santo, estabelecendo nesse sentido, as atribuições de cada uma das instituições estaduais que compõem o Comitê Estadual de Combate às Adversidades Climáticas.

Trata, também, do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres, publicado pela Portaria Interministerial nº 02, de 06 de dezembro de 2012, na qual se prioriza o atendimento a esse conjunto de Pessoas Vulneráveis.

O PEPDEC em 2015 fora atualizado no mês de outubro, com lançamento das estatísticas até 31/12/2014 e preservação das instituições existentes, otimizando-se as atribuições, nomes e contatos dos pontos focais para atuação conjunta nos cenários de desastre.

## 5.5. ESTOQUE EMERGENCIAL

O estoque emergencial é uma concessão do Ministério da Integração para finalidade de ações de resposta da CEPDEC em caso de ATENDIMENTO às demandas de Assistência Humanitária, resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios.

Esse estoque é composto por colchões, cobertores, lençol de solteiro, fronha, travesseiro. Todo o estoque fica armazenado dentro de um galpão da CONAB – Vitória – ES.

ITENS	ESTOQUE APARTIR DE 01/01/2015	SAÍDAS: SÃO GABRIEL DA PALHA 08/12/2015	ESTOQUE FINAL (31/12/2015)	OBSERVAÇÃO
<b>Colchão</b>	2066	50	2016	
<b>Cobertor</b>	2066	50	2016	
<b>Lençol Solteiro</b>	2066	50	2016	
<b>Fronha</b>	2066	50	2016	
<b>Travesseiro</b>	2066	50	2016	
<b>Cesta Básica</b>	-	-	-	
<b>Cobertores e Colchas doação da Receita Federal</b>	15.380	Distribuídos para os municípios	0	